

XXII – SIMPÓSIO NACIONAL - ANPUH/PB

A consolidação e posse da terra na fronteira oeste: Luiz de Albuquerque¹

Rosângela Aparecida de Souza Reis Oliva²

No período colonial, Capitães-generais eram nomeados pelo rei, os quais, conscientes de seu caráter interino, saíam de Lisboa para o Brasil trazendo na bagagem ordens da Coroa e relatórios sobre o lugar que iriam governar. Assim fez Luiz de Albuquerque que, em missão para a coroa portuguesa chegou ao Rio de Janeiro em dezembro de 1771. Somente no ano seguinte, em maio de 1772 partiu para a Província de Mato Grosso por via terrestre. Foi o primeiro a fazer esse tipo de viagem para assumir o cargo como o Quarto Capitão-General da Capitania.

Luiz de Albuquerque recebeu de seu antecessor, Luiz Pinto de Souza, uma carta escrita em Vila Bela com data de 24 de dezembro de 1772 com instruções, contendo 127 parágrafos. Trata-se de um importante documento do Brasil no século XVIII, com ordens de sua majestade, esclarecendo sobre os atos do governo anterior e a importância da Capitania para a economia da metrópole.

Luiz de Albuquerque conseguiu assegurar e consolidar o poder metropolitano, auxiliando Portugal a desempenhar o controle sobre seus próprios negócios relacionados à colônia. Constantemente, Portugal confrontava-se com problemas políticos consequentes da desorganização administrativa em que se encontrava. Nesse período ascendeu ao trono rei D. José I (1750 – 1777). O rei tinha à frente o ministro Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal. Responsável por projetos de mudanças com o objetivo de enfrentar os principais problemas e defender os interesses da Corte e dos grupos sociais ligado ao Estado, iniciou uma série de reformas de caráter administrativo, político e econômico, com o intuito de retirar Portugal da situação de desorganização em que estava.

Tais reformas visavam atingir e agilizar a solução de problemas internos e externos do país, principalmente relacionados à exploração colonial. Déspota ilustrado, Pombal administrou Portugal com “punho de ferro”. Como ministro de negócios estrangeiros no governo de D. José I, preocupou-se com as colônias portuguesas, adotando medidas importantes para o Brasil. O Marquês de Pombal, atento à atuação de Luiz de Albuquerque interpretou-o como um opositor às suas iniciativas administrativas.

¹ Pesquisa desenvolvida no Curso de Pós-Graduação (especialização) em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal.

² Aluna do Curso de Especialização em História – História Latino Americana: Política, Estratégia e Relações Econômicas – e professora do Curso de Graduação em História da UFMS/CPAN.

Luiz de Albuquerque não pôs em prática o Tratado de Santo Idelfonso que determinou que parte do sul de Mato Grosso ficasse em poder da Espanha. Cabe destacar que essa atitude do Capitão-General foi interpretada por Pombal como uma ameaça administrativa para Lisboa, já que ele, como Primeiro – Ministro de Portugal procurava restabelecer o poder do Estado, propondo uma política de nacionalização. Na verdade, Luiz de Albuquerque estava inserido na política que objetivou a conquista de território e demarcação da colônia portuguesa e às constantes estratégias de Portugal para restabelecer sua condição de Metrópole poderosa como potência ibérica.

O Tratado de Tordesilhas, assinado por Portugal e Espanha em 1494, transgredido pelas incursões ao interior da colônia era letra morta, uma vez que Portugal com sua política expansionista, avançou em direção ao oeste através da atuação dos bandeirantes que ocuparam grande parte do território que pertencia à Espanha. Nas lutas diplomáticas entre os países ibéricos, estavam inseridos os tratados de limites – Tratado de Madri, de 1750 – baseado no princípio jurídico do Uti Possidetis – aquele que cravasse o marco e povoasse a terra, tornava-se dono, isto é, tinha o direito à posse.

Luiz de Albuquerque viveu essa conflituosa situação para fazer avançar o processo de demarcação das fronteiras já existentes, cujos marcos que determinavam limites eram naturais, ou seja, elementos da natureza como rios, montanhas e obstáculos.

O processo histórico que determinou as fronteiras no oeste do Brasil, política decisiva comandada por Luiz de Albuquerque, foi a de fronteira viva, onde os entrelaçamentos culturais estão presentes e, mesmo a relação conflituosa e a preservação de identidade e memória foi a preocupação de Luiz de Albuquerque.

Luiz de Albuquerque procurou interagir com os índios transformando-os em vassallos da coroa portuguesa. Devido à reação de defesa dos indígenas, conforme se observa nas instruções para a fundação do Forte de Coimbra, numa carta datada de 09 de maio de 1775, as ordens de Luiz de Albuquerque para Ricardo Franco de Almeida Serra são para:

Não obstante que nem o tempo, nem as poucas provisões de instrumentos que V. M. somente poderá levar agora e não permitirão edificar acomodações mui próprias e conveniente para habitar, sempre lhe determino de se aplicar em todo tempo que lhe restar livre, de se fabricar defesas que estas são sempre muito mais atendíveis e necessários a construir o mais que puderes de casas ou ranchos, destinados logo alguns mais cômodos para doentes e para armazéns com todo o possível resguardo. Separação e Segurança, ficando V. M. desde logo prevenido de tudo quanto fizer seja, ou não interino, deve ser sempre em figura quanto possível regular, e como

para a residência de gente civilizada não imitando as confusas congregações de moradores ou arraiais em que pelo comum consistem as povoações do Brasil.

Finalmente, recomendado a V. M. de novo os importantíssimos pontos de vigilância da subordinação harmonia e boa ordem que devem fazer reinar, além do desvelo e atividade com que a tudo deve aplicar-se, lembrando-lhe seguramente fará a I. M. um considerável serviço se bem executar esta deligência que lhe tenho prescrito (...) de que desejo de não ter sido enganado na escolha que da sua pessoa fiz, para principal instrumento dela e tenho por se dívida que as mais pessoas que me acompanharem (que recomendo se nomêen das mais capazes e beneméritas) hão de contribuir também, muito de sua parte para o bom sucesso da empresa, da qual espero com impaciência saber já que teve resultado venturoso. Esta instrução foi datada pelo exmo. Sr. Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e se seguem outras do mesmo Senhor.³

Luiz de Albuquerque como estrategista viveu transformações impostas pela ordem capitalista e as determinadas por novas forças sociais. Colocou à prova sua competência como administrador quando fundou as cidades de Corumbá e Cáceres, bem como ao construir os Fortes Príncipe da Beira e Forte de Coimbra para proteger a região das guerras e conter espanhóis e índios.

Acredito que a vitória administrativa de Luiz de Albuquerque consiste em ter conseguido observar e constatar diferenças entre a imagem da região criada por Lisboa e a real, que na prática era totalmente diferente.

Ao longo da história, as fronteiras, conquistas de territórios, demarcações de fronteiras, conflitos territoriais estão interligados. A gestão de Luiz de Albuquerque foi caracterizada por vários fatores importantes e pela sua atuação política que levou o Mato Grosso a se tornar importante local para ser usado como geopolítica, estratégica região defensora das terras do Brasil.

A consolidação e posse das terras foi um fato histórico realizado por Luiz de Albuquerque, assegurando a soberania lusa no extremo oeste. Ele conseguiu compreender a realidade e a situação do território, com sua fauna e flora diferentes do que lhe fora relatado através dos papéis, das teorias da Corte de Lisboa. As questões de fronteira iam além da perspectiva política de Lisboa e Luiz de Albuquerque compreendeu que os direitos luso-brasileiros foram prejudicados por cláusulas do Tratado de Santo Idelfonso, mesmo assim ele quis controlar o acesso terrestre à Capitania e as decisões políticas, atento às possíveis ocupações pelos espanhóis de Assunção e Chiquitos. Para conseguir conter as forças castelhanas que poderiam tomar posse da região a oeste do Paraná e impedir as comunicações com São Paulo. A área pouco usada, se encontrava na jusante

³ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai Primeiras Fronteira Definitivas do Brasil**. Rio de Janeiro . editora Xerox do Brasil. 1985 pág 127

da foz do rio Miranda. Havia um esplêndido ponto estratégico de defesa: era o “Fecho dos Morros”, onde o Capitão-General mandou fixar um baluarte de defesa.

Fecho dos Morros, dois morros próximos e com uma passagem de água estreita e de difícil acesso foi o lugar escolhido por Luiz de Albuquerque para construir o Forte de Coimbra, assegurando o território para Portugal, no sul do Mato Grosso.

“(. . .) como trecho e passagem obrigatória imprimia a necessidade de instalação de uma guarda avançada de soberania lusa disposta a impedir o avanço de forças invasoras. Surge assim na referida localidade, o real Presídio de nova Coimbra. ⁴.

O Fecho dos Morros era uma zona pouco usada pelos exploradores dada a presença de índios, era a área na jusante da foz do Miranda e apresentava um ponto que oferecia condições de defesa, onde o Capitão-General mandou instalar posição fortificada.

A responsabilidade de demarcar e assegurar as nossas fronteiras foi de Luiz de Albuquerque. Conseguiu definir o traçado essencial das posses lindeiras que se alongavam do rio Paraguai ao rio Guaporé, implantando em pontos estratégicos dois núcleos de ocupação importante: Albuquerque (atual Coimbra), em pleno Pantanal e o Forte Príncipe da Beira (Rondônia), afastou a pretensão castelhana em 1772 que queria dominar a comunicação entre as terras de Assunção e Chiquitos.

À montante da barra do Jaurú fundou a Vila Maria, em memória da rainha D. Maria I, e que depois recebeu o nome de São Luiz de Cáceres, no local em que o caminho terrestre de Vila Bela e Cuiabá cruzava o Paraguai.

No Guaporé, devido a atitude de Luiz de Albuquerque, além das soluções políticas do governo português, garantiu a navegação lusa, de que resultaria na segurança para a comunicação fluvial com a Amazônia. Com o intuito de assegurar o tráfico com o Pará e impedir a invasão castelhana para o leste, conquistou territórios ao longo da margem esquerda do Guaporé.

No ano de 1778, sendo estabelecido o acordo, Luiz de Albuquerque mandou averiguar as terras da margem do rio Paraguai, Mboteteté, que depois se chamou Mondengo e Miranda, com a finalidade de fundar uma guarnição que servisse de retaguarda para proteger Coimbra.

Os expedicionários, da qual faziam parte Marcelino Roiz Camponês e João Leme do Prado, fizeram o reconhecimento da área e escolheram minuciosamente a área calcárea que se estende desde o canal do Tamengo à Ladário, enfrentando a natureza do misterioso Pantanal. No dia 21 de setembro de 1778 os primeiros alicerces para a fundação da povoação com o nome de Albuquerque começaram a ser lançados.

A ata de fundação foi gravada ao pé da atual ladeira Cunha e Cruz, que dá acesso ao porto e á praça da República em Corumbá, às margens do rio Paraguai.

O início do povoado se desenvolveu no alto do barranco indo pela ladeira Cunha e Cruz e praça da República. A planta do povoado, feita por Ricardo Franco foi desenhada em 1797.

As resoluções sobre os problemas de fronteiras no período colonial foi uma das principais preocupações da Coroa portuguesa durante todo o período albuquerqueino (1772 – 1789). Através da construção dos fortes a força se fez preponderante para garantir a defesa do patrimônio territorial lusitano contra as investidas castelhanas e indígenas.

Confiante no famoso sertanista João Leme do Prado, o governador determinou que aquele ajudasse no restabelecimento do Mboteteí e no rio Paraguai, acima dele para construir um povoado. Luiz de Albuquerque, o administrador da Capitania recebeu os demarcadores para estabelecer o domínio lusitano. Assim, após a ação desses demarcadores, ficou traçado como marco inicial do Jaurú até a nova povoação de Albuquerque, mais abaixo, no presídio de Nova Coimbra, o território que deveria pertencer a Portugal.

As conseqüências do período albuquerqueino de 1772 a 1789, quando administrou a capitania de Mato Grosso decidiu em favor de Portugal o conflito pela posse da terra. Luiz de Albuquerque conseguiu consolidar o poder metropolitano através da posse da terra, já que Portugal corria o risco de perdê-las. À região fronteira, devido a disputa, objetivou a Corte proteger o lugar contra os ataques indígenas, determinou que se abrisse caminho para o Pará através do rio Guaporé, Madeira e Amazonas, assim, Luiz de Albuquerque fez, obedecendo as ordens de Lisboa e determinou que se garantisse uma linha de fronteira mais extensa possível. Construiu presídios, fortalezas, lugarejos, missões aldeias, arraiais e vilas em lugares estratégicos.

A consolidação e posse do território na trajetória de Luiz de Albuquerque ficou evidente, já que não realizou essas obras sozinho. Luiz de Albuquerque foi auxiliado por uma equipe que fez trabalhos de administração e de geografia, cuja presença está inserida na História do Mato Grosso colonial do século XVIII.

BIBLIOGRAFIAS

BRAZIL, Maria do Carmo. **Rio Paraguai, mar Interno Brasileiro**. Uma contribuição para o Estudo dos Caminhos Fluviais . Tese de Doutorado da Universidade de Filosofia e Letras: **U.F.L CH/USP 1998**

⁴ Op Cit Brazil. P. 146.

ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

CORRÊIA , Filho Virgílio. **História de Mato Grosso** Instituto Nacional do Livro Rio de Janeiro .1.969.

FREYRE, G. **Contribuição para uma Sociologia da Biografia exemplo de Luis de Albuquerque Governador de Mato Grosso no fim do século XVIII.** Cuiabá: Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.

FOLHA DE SÃO PAULO (**Pombal Déspota Ilustrado**) – Jornal e Resenhas - 07 de Agosto de 1995 – Laura de Mello e Souza professora do departamento de historia da U.S.P.

FRONTEIRA VIVA. **Corumbá: uma experiência administrativa no Pantanal** Corumbá: Prefeitura Municipal, 1. 971.

FERNANDO Roberto. **Alvar Nunes Cabeza de Vaca Naufrágios y Comentários.** Edición de Roberto Fernando (Dir) de Colecion: Manuel Ballesteros Caibros. Edición y notas : Roberto Fernando - Diseno Colecion: neste - Souté - História 16, 1984 - Información y Revistas S. A.

GOYCOCHÊA, Castilhos. **Fronteira e Fronteiros.** Companhia Editora Nacional São Paulo - Rio de Janeiro - Belo Horizonte - Recife - Baía – Porto Alegre. 1943.

MENDONÇA , Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai Primeiras Fronteira Definitivas do Brasil.** Rio de janeiro . editora Xerox do Brasil. 1985.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso da Ancestralidade aos dias atuais.** Cuiabá : Entrelinhas, 2002 .

TRINDADE, Vilma Elisa . **Política , História e Memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho, 1887-1973.** Campo Grande , MS: Ed. UFMS. 2001.

VALVERDE, Orlando. **Fundamentos geográficos do planejamento rural de município de Corumbá.** In Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, ano 34 , jan 1972.